



**PARECER Nº 174/2025**

**INTERESSADO:** Comissões Permanentes

**EMENTA:** PROJETO DE LEI  
COMPLEMENTAR Nº 16.2025 / ALTERA  
O PLANO DE CARREIRA DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER  
EXECUTIVO / AUMENTO DE  
REMUNERAÇÃO / GUARDA  
MUNICIPAL / PLANILHA  
DEMONSTRANDO IMPACTO  
FINANCEIRO / EXIGÊNCIA DA LRF /  
CONSTITUCIONAL / LEGAL

**PARECER JURÍDICO**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 16/2025, que “altera a Lei Complementar nº 524, de 29 de junho de 2023, que institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e dá outras providências.”

Segundo mensagem do chefe do Poder Executivo, o projeto tem por objetivo alteração do nível salarial do cargo de guarda municipal, tendo como justificativa o incremento de atribuições ao longo dos anos.

Assim, como o aumento das responsabilidades, deveres e proibições aos Guardas Municipais, faz-se necessário o acompanhamento de um acréscimo remuneratório correspondente, passando o valor do vencimento de R\$ 3.157,48 para R\$ 4.921,32.



Como forma de demonstrar o impacto financeiro aos cofres municipais, em razão do aumento de nível remuneratório, fora juntado ao processo parecer demonstrando o impacto positivo para o presente ano e os seguintes, no valor de R\$ 1.613,979,51 (...), no primeiro ano, bem como parecer com impacto atuarial.

É o breve relato dos fatos.

## **II – DO MÉRITO**

Cumprе salientar que a iniciativa para propositura de alteração do Plano de Carreira dos Servidores do Executivo é exclusiva do chefe do Poder Executivo, por disposição expressa da Lei Orgânica Municipal:

“Art. 22 .....

§ 1º São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

.....

III – servidores públicos municipais, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

.....”

A alteração ora proposta eleva o nível salarial dos cargos de guarda municipal. Como há um aumento permanente de despesas em razão do aumento de remuneração, há impacto positivo nas despesas de pessoal, o que fica demonstrado pela planilha que demonstra o impacto financeiro, anexada ao processo.



Desta feita, cumprida a exigência dos ditames da Constituição da República Federativa do Brasil e da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal:

“Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º **A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração**, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, **a qualquer título**, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver **autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias**, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete **aumento da despesa** será acompanhado de:

**I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;**

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.”

Ademais, também fora anexado cálculo atuarial, demonstrando o impacto do aumento remuneratório, e que o mesmo não provocará desequilíbrio atuarial e financeiro, em cumprimento a Portaria nº 1.467, de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência:



“Art. 69. Na hipótese de alteração legal relacionada à estrutura funcional e remuneratória dos segurados do RPPS, à ampliação e reformulação dos quadros existentes e às demais políticas de pessoal do ente federativo que possam provocar a majoração potencial dos benefícios do regime próprio, a unidade gestora, a partir de estudo técnico elaborado por atuário legalmente habilitado, acompanhado das premissas e metodologia de cálculo utilizadas, deverá demonstrar a estimativa do seu impacto para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Parágrafo único. O ente federativo deverá prever fontes de custeio e adotar medidas para o equacionamento do déficit se a proposta de que trata o caput agravar a situação de desequilíbrio financeiro ou atuarial do RPPS.”

Uma vez juntada a documentação necessária, não há qualquer oposição ao presente Projeto de Lei Complementar em comento, ficando o mérito da criação do aumento vencimental a julgamento dos edis riosulenses.

Salienta-se que o projeto deve ser submetido à apreciação das seguintes comissões permanentes: Comissão de Legislação, Constituição, Justiça, Ética e Decoro Parlamentar e Redação Final (art. 62, I, “a” do R.I) e Comissão de Finanças e Orçamento (art. 62, II, “b” do R.I), e Comissão de Mérito (art. 62, III do R.I).

Ressalta-se, por fim, que o *quorum* das deliberações do projeto em questão é de **maioria absoluta**, conforme preleciona o art. 181, inciso III do Regimento Interno da Câmara Municipal, e em **única discussão**, nos termos do art. 56 do mesmo diploma legal, caso aprovados nas Comissões Permanentes.

### III - CONCLUSÃO

Neste sentido, por tudo quanto exposto, opino pela **LEGALIDADE DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 16/2025**, que “altera a Lei Complementar nº 524, de 29 de junho de 2023, que institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e dá outras providências.”

Contudo, cabe explicitar que tal parecer não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei Complementar.

É o parecer, *sub censura*

Rio do Sul, 17 de outubro de 2025.

**ROBERTO ANDRADE BASTOS**  
**Procurador Legislativo**  
**OAB/SC 31.757**  
[Assinado Digitalmente]